



Global



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Boletim de Informações Sindicais

Ano 5 n.º 103 21 de novembro de 2012

Dia Europeu de Ação e Solidariedade

Ato unifica UGT e centrais sindicais brasileiras em solidariedade à greve geral europeia

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** participou na manhã do dia 14 de Novembro de um grande ato que unificou a **CTB, CSP-Conlutas, Força Sindical, CUT e CGTB** em frente ao consulado da Espanha em solidariedade à greve geral de 24 horas que Portugal e Espanha realizaram para enfrentar as medidas de austeridade adotadas pelo governo.



O Brasil, ao enfrentar inicialmente as consequências da crise neoliberal, mostrou para o mundo que a melhor forma de se enfrentar a recessão é com o fortalecimento da classe trabalhadora, com melhor distribuição de renda, aquecimento da economia nacional e do mercado interno investindo na produção e na geração de empregos.

A Europa não concorda com essa abordagem. Os trabalhadores europeus estão sendo obrigados a pagar a crise. Cada vez mais a classe trabalhadora daquele continente vem enfrentando a aplicação de medidas para cortar salários, aposentadorias e direitos adquiridos ao longo de muitos anos de luta.

O **Dia Europeu De Luta** foi convocado pela **Confederação Européia de Sindicatos (CES)** e teve seu auge na Espanha e Portugal onde os trabalhadores atenderam ao comando das centrais sindicais e pararam por 24 horas.

Laerte Teixeira, vice-presidente da UGT falou sobre a importância do ato conjunto de as centrais sindicais brasileiras em solidariedade à classe trabalhadora europeia, mas também lembrou que é a hora de se lutar por uma mudança efetiva na forma com que as questões econômicas são tratadas. “Estas medidas de austeridade não tem dado certo. Essas ações, aplicadas inicialmente na Grécia, em Portugal e Espanha são medidas que não oferecem grau de sustentação aos empregos existentes e isso faz com que os trabalhadores novamente paguem essas contas”, ressalta o dirigente.

Segundo **Josemar Andrade de Assis, diretor de relações sindicais do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo**, as medidas adotadas pelos governos europeus são de extrema irresponsabilidade política e econômica. “Os governos vem adotando em seus países medidas irresponsáveis e agora querem passar a conta para a classe trabalhadora. No Brasil estamos unificados para defender os interesses da classe trabalhadora da Europa e brasileira, até porque muitas empresas têm ramificações aqui e se não enfrentarmos desde já essa situação, no futuro seremos nós que estaremos enfrentando atos semelhantes”, explica o dirigente.

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, que mobilizou militantes de diversos sindicatos filiados e de suas secretarias de internacional e de mulheres, está unida com todas as centrais sindicais na luta pela manutenção dos direitos da classe trabalhadora em todos os continentes. (Fábio Ramalho)

UGT discute o uso indiscriminado de agrotóxico durante seminário

Engajada na luta pelo fortalecimento de uma política pública que regulamente, efetivamente, o uso de defensivos agrícolas nas lavouras brasileiras, a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** realizou durante toda esta terça-feira (13), na cidade de São Paulo, o Seminário sobre o Uso Indiscriminado de Agrotóxicos.

O evento que reuniu, aproximadamente, 200 pessoas contou com a participação de formandos ligados às áreas de meio ambiente de diversas instituições de ensino da capital, dirigentes e militantes sindicais, professores e professoras universitários (as) e autoridades que compareceram para enriquecer as discussões sobre este que é um tema de relevância para a sociedade brasileira.



A mesa de abertura do evento foi composta, respectivamente, por **Canindé Pegado e Marcos Gimenez, Secretário Geral e Secretário Adjunto de Publicidade e Marketing Institucional da UGT**, e por **Francisco Claudio de Melo, presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Rio de Janeiro**.

Durante a abertura, **Canindé Pegado** ressaltou o quanto é importante a terceira maior central sindical do país protagonizar um debate nacional as questões relacionadas ao uso de agrotóxicos para a produção de alimentos no Brasil. “Essas são substâncias que trazem prejuízo para a saúde do consumidor, que estão nas mesas da classe trabalhadora e que têm o poder de afetar o índice de produtividade de qualquer profissional em qualquer área de atuação do mercado de trabalho, podendo ser abordada como uma questão de saúde pública. O ideal deste seminário é o de elevar as discussões e levar a nível nacional as questões relacionadas ao uso de agrotóxicos na nossa sociedade”, explica o dirigente.

Marcos Gimenez salientou que a UGT ao realizar o Seminário sobre o Uso Indiscriminado de Agrotóxicos supera as esferas do movimento sindical e aborda um assunto que é de extrema importância para a sociedade. “Este é um evento que está sendo realizado para quebrar paradigmas e elucidar as pessoas em relação ao que é mito ou realidade ao que diz respeito a esse tema”, diz o secretário.

Francisco Claudio lembrou que a UGT foi a primeira central sindical a abordar este tema e, de uma maneira didática buscou aproximar acadêmicos, profissionais das diversas áreas ambientais e sindicalistas, que tem diálogo direto com a classe trabalhadora que manuseia esses defensivos agrícolas.

Os participantes do seminário, durante todo o dia, tiveram contato com trabalhos realizados por alunos universitários do curso de engenharia ambiental e gestão ambiental que expuseram suas pesquisas e receberam boas críticas em relação às formas e os temas abordados em seus trabalhos.

O seminário contou com palestras ministradas por: **Claudia Tirlone**, Engenheira Agrônoma; **Anita de Souza**, doutora em produção vegetal pela ESALQ-USP; **Marcos Veiga** engenheiro químico e farmacêutico industrial; **Flávio Correia Soares**, farmacêutico Industrial; **Jussara Padilha da Silva**, enfermeira do trabalho; **Edson Almeida**, técnico de segurança do trabalho.

Os temas variados abordaram questões que envolvem saúde do trabalhador e da sociedade como um todo, a luta por uma alimentação mais saudável, além do descarte adequado das embalagens dos defensivos. O seminário lembrou que a população brasileira é refém do uso de defensivos agrícolas para a produção em larga escala de alimentos para suprir as necessidades de uma população mundial que cresce ano pós ano.

Para o Brasil, que pelo quinto ano consecutivo conquistou a posição de maior consumidor de agrotóxicos no mundo, a iniciativa da **UGT** em realizar este seminário demonstra o quanto é fundamental avançar no controle ao uso de defensivos agrícolas para a produção de alimentos. *(Fábio Ramalho)*

UGT recolhe assinaturas contra juros dos cartões de crédito

Durante o segundo turno das eleições municipais a União Geral dos Trabalhadores (UGT) promoveu, na cidade de São Paulo, uma grande coleta de assinaturas buscando elaboração de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que regulamente a cobrança dos juros praticados pelas instituições financeiras e operadores de crédito rotativo do país.



A central, que há meses vem denunciando essa prática como o principal responsável pelo endividamento da classe trabalhadora, distribuiu ao longo da Avenida Paulista 10 postos de coleta de assinaturas que serão encaminhadas à Comissão de Legislação Participativa, na Câmara dos Deputados.

O abaixo-assinado a favor da diminuição das taxas de juros dos cartões de crédito foi levado a **Curitiba** na terça-feira, dia 13 de novembro. Os militantes da UGT coletaram até as 11h30 cerca de 500 assinaturas para serem somadas à campanha de reivindicação pela diminuição nos juros cobrados pelas operadoras.

A UGT quer juntar mais de um milhão de assinaturas em todo o Brasil até o final do ano para enviar o projeto ao Congresso. A intenção é estabelecer em lei um teto às taxas de juros dos cartões de crédito de no máximo 12% ao ano.



Atualmente, conforme o **presidente da UGT Paraná, Paulo Rossi**, alguns cartões ultrapassam taxas de 600% ao ano. “O cliente que usa o cartão de crédito, quando paga o valor mínimo, chega a taxas altíssimas e vira uma bola de neve. Nós queremos inclusive incentivar a população para que boicote esses cartões enquanto não houver regulamentação”, relata.



A campanha da UGT está sendo levada a todos os Estados brasileiros. Na foto ao lado os militantes da UGT coletam assinaturas em Manaus, no estado do Amazonas.

O projeto de lei proposto pela **UGT** dispõe sobre o estabelecimento de regras de proteção aos consumidores para proibir a cobrança abusiva de juros pelas instituições financeiras e as operadoras de cartões de crédito, que aplicam taxas superiores à média praticada pelas demais formas de financiamento existentes no mercado.

Esta é uma iniciativa que tem como base o artigo 61, parágrafo 2º, da Constituição Federal que diz: “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”, e na Lei Federal nº 9.707/98, que permite a coleta de assinaturas também por meios eletrônicos.

"Pleno emprego como justificativa falsa"

Renato Henry Sant'Anna, juiz do trabalho em Ribeirão Preto (SP) e **presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)**



Tenho observado, recentemente, uma onda de estudiosos, autoridades e juristas imprimindo na sociedade um discurso preocupante: **o da necessidade de mudanças na legislação trabalhista, sempre sob a justificativa de sua "modernização".**

Trata-se de uma análise superficial, que serve a um grave movimento que cada vez mais ganha força dentro do Brasil: a luta pela maximização dos lucros, como se a existência de direitos fosse obstáculo ao desenvolvimento.

Os juízes do trabalho entendem que é necessária a manutenção de um sistema de proteção ao trabalho integrado de normas irrenunciáveis, que estão longe de serem excessivas ou prejudiciais ao desenvolvimento social e econômico. São garantias alcançadas através de muita luta pelo cidadão brasileiro no decorrer de décadas, que não podem ser ameaçadas por um perigoso e falso discurso onde o capital e a precarização vencem.

Como vivemos um período de crescimento e com baixas taxas de desemprego, alguns atores sociais parecem ávidos para vislumbrar nas crises de outros países uma oportunidade de "patrocinar" medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores e à própria estabilidade social do Brasil.

Exemplos de que tais discursos encontram eco entre os Poderes da República são a "reforma da CLT" em discussão no Poder Executivo, a regulamentação da terceirização, o projeto do Simples Trabalhista e o acordo coletivo de finalidade específica. Podem ser resumidos em uma perigosa constatação de que estamos a caminho de legalizar o trabalho precário no Brasil.

Não que uma ou outra atualização da CLT não deva ser discutida, mas apenas e sempre no campo restrito da terminologia e da adaptação às novas tecnologias e realidades. Mas que isso não sirva como um pretexto para que o trabalho seja tratado como mercadoria e a dignidade do trabalhador seja ameaçada, sempre sob justificativa meramente econômica.

Precisamos ser conservadores quando o que está em jogo é o direito do trabalho e o cumprimento da Constituição. Seria de se perguntar por que os admiradores dos chamados países desenvolvidos não se interessam em copiar seus exemplos de estabilidade das leis e de boa qualidade no campo dos direitos trabalhistas.

Se quisermos discutir modernidade, precisamos primeiro debater propostas "varridas para debaixo do tapete", como os direitos das domésticas, os mecanismos para coibir a despedida arbitrária, a erradicação do trabalho escravo, acabar com a chaga do trabalho da criança e uma reforma sindical verdadeira: aquela que resgata o papel histórico dos sindicatos, priorizando, por exemplo, a negociação coletiva como forma de prevenir litígios, e não, como se pretende, para estender perigosamente ao Brasil toda uma realidade excepcional de pressão de algumas categorias ou regiões.

Os juízes do trabalho convivem diariamente com o embate entre trabalhadores e empregadores. A existência de regras claras e estáveis serve para organizar o sistema de produção. Atua em benefício de todos, trabalhadores e patrões.

Mas não podemos esquecer que a Constituição, ao enumerar alguns direitos dos trabalhadores, deixou claro que outros podiam ser pensados, desde que para melhoria da condição social. O direito do trabalho, assim como a vida, anda para frente, não retrocede.

O momento é de alerta à sociedade: a estrutura dos direitos sociais está em risco. Os trabalhadores não têm direitos em excesso. Não é essa a reforma que o Brasil precisa. Que todos fiquem atentos. (Folha de São Paulo, 19.11.2012)

Câmara aprova regulamentação dos comerciários



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou nesta quarta-feira o **Projeto de Lei 3592/12**, do Senado, que regulamenta a profissão de comerciário – aquele que trabalha em lojas, agências de turismo, salões de beleza ou outros estabelecimentos comerciais. O texto aprovado fixa a jornada normal de trabalho dos comerciários em 8 horas diárias e 44 semanais. Estes limites só podem ser alterados em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

A proposta, no entanto, admite jornadas menores, de seis horas, para o trabalho realizado em turnos de revezamento, desde que não ocorram perdas na remuneração e que o mesmo empregado não seja utilizado em mais de um turno de trabalho.

O presidente da UGT e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Ricardo Patah, que juntamente com comerciários de diversas partes do país estava em Brasília, acompanhando a votação, afirmou que mais que uma conquista, a regulamentação da profissão é um momento histórico para toda categoria. "Após muita mobilização e luta, finalmente podemos comemorar essa importante vitória", afirmou Patah.

UGT orienta para voto pelo fim do Fator Previdenciário

A **União Geral dos Trabalhadores - UGT** orientou os deputados ligados à Central para sensibilizarem os parlamentares a aprovarem a fórmula 85/95 para a aposentadoria dos trabalhadores e que tornará sem efeito o fator previdenciário, que hoje achata a aposentadoria. O presidente nacional da entidade, Ricardo Patah destaca que todos os esforços estão sendo feitos para que o fim do Fator Previdenciário seja votado. A data da votação é nessa terça-feira, dia 20, e foi fixada pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia.

Essa fórmula 85/95 prevê a concessão do benefício segundo a soma da idade e do tempo de contribuição para mulheres (85) e homens (95). Um homem com 35 anos de contribuição receberia aposentadoria integral a partir dos 60 anos de idade.

O deputado **Ademir Camilo (PDT MG)**, vice-presidente da nacional da UGT e presidente da Estadual Minas Gerais, a fórmula 85/95 é uma alternativa melhor para os trabalhadores já que o fator previdenciário reduz o valor das aposentadorias e é danoso ao bolso do trabalhador.

CSI apoia Campanha da UGT para a Copa de 2014

Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores – UGT participou da reunião do Conselho Geral da **Confederação Sindical Internacional (CSI)** que aconteceu em Amã, na Jordânia, entre os dias 28 de outubro e 1 de novembro.

Durante o encontro o presidente da UGT recebeu apoio da CSI para encaminhar um manifesto a FIFA pedindo para que seja revisto o horário que está previsto para a realização dos jogos da Copa do Mundo no Brasil, em 2014. **De acordo com Patah a realização dos jogos às 13hs trará grandes prejuízos aos trabalhadores e a economia do País, pois vai praticamente parar todas as atividades.**



O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A **UGT** é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos